

Bresser mantém estratégia de renegociação com os credores

William Waack

O Brasil ficou um pouco menor na última terça-feira. Passaram-se longas horas até que o governo brasileiro captasse a extensão das medidas pelas quais o Citicorp, de Nova Iorque, decidiu reconhecer que débitos de países em desenvolvimento não valem o que está escrito. "Foi um golpe de mestre", admitiu alto funcionário do governo, ainda analisando todas as implicações.

Por enquanto nada muda na elaboração da estratégia de renegociação da dívida brasileira. Existem somente parâmetros gerais bem definidos:

- Manutenção da suspensão do pagamento dos juros e não ao monitoramento internacional em bases tradicionais.

- Fixação de uma meta de crescimento

- Obtenção de altos saldos comerciais

Isto o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, vem chamando de *new approach* nas reuniões que mantém periodicamente com os assessores responsáveis pela elaboração da posição de renegociação. Novo, no caso, é o fato de o Brasil ter invertido os termos da questão, tal como postulada costumeiramente pelo FMI: o corte do déficit público é uma terceira prioridade (o FMI considera a primeira) e deverá ocorrer se as outras duas (crescimento e saldo comercial) não forem bem-sucedidas.

Por sua vez, a discussão da estratégia de renegociação está subordinada à elaboração de um plano econômico interno. A intenção é apresentar o conjunto de medidas internas ainda antes da convenção do PMDB (marcada

para 13 de junho), enquanto uma equipe mais reduzida trata da confecção do plano externo. Enquanto as medidas internas serão amplamente discutidas, as relativas ao acerto externo serão confidenciais, terão o aval apenas do presidente e dos líderes dos principais partidos.

Bresser já tomou um cuidado fundamental ao tratar da dívida externa: ampliou consideravelmente o grupo que antes, durante a era Funaro, era o responsável pelas decisões. "O Banco Central não pode ficar alijado da discussão sobre dívida externa", comenta um dos auxiliares diretos do ministro da Fazenda. Até o Embaixador Guerreiro, cuja comissão de renegociação tinha destino incerto há poucos dias atrás, será chamado ainda na próxima semana a tratar da dívida e receberá missões para cumprir no exterior.

Uma das primeiras decisões que o novo grupo poderá tomar é pedir um adiamento do relatório que a missão do FMI tem de entregar aos governos credores reunidos no Clube de Paris, até 15 de julho. Com a discussão do plano interno e a elaboração do plano externo, os assessores do ministro acham que não há tempo útil. Eles insistem que as negociações com os principais credores — tanto organismos multilaterais, como FMI e Banco Mundial, ou bancos privados — não foram interrompidas. "Obtivemos já uma excelente concessão do fundo com o adiamento do relatório. Foi um sinal importante do clima atual", disse um negociador brasileiro.

Problema central para a equipe que discute como resolver a dívida é saber quanto dinheiro novo o Brasil efetivamente neces-

sitará para fechar as contas. Os mais otimistas no grupo acham que fica entre 3 e 4 bilhões de dólares — na hipótese dos fluxos de dinheiro proveniente de instituições multilaterais mantiverem equilíbrio com a transferência para fora. Pouca gente considera isso impossível, apesar das perspectivas razoavelmente melhores de desempenho da balança comercial. O presidente do Banco Central tem falado em 7 bilhões de dólares com seus assessores.

De qualquer maneira, o problema da dívida externa perdeu em urgência nos gabinetes do governo para dois itens prementes: o saneamento financeiro dos estados e a reorganização interna da economia. Ambos, por sua vez, dependem diretamente do entendimento político entre o presidente e os líderes do PMDB. Com governadores pressionando por verbas e os principais líderes do partido concentrados na crise política, a dívida externa voltou por alguns dias ao domínio dos técnicos e especialistas. Foi um alívio geral quando a versão oficial sobre as medidas adotadas pelo Citicorp ganharam círculos mais amplos — aparentemente, nada muda.

Na verdade, as consequências para a posição brasileira internacional podem ser razoavelmente negativas a médio prazo. Por enquanto, é verdade, ninguém está pensando em negociações abrangentes com os bancos. Mas o compasso de espera no exterior não é determinado apenas pela situação interna brasileira. Na verdade, concluem analistas com funções no Palácio do Planalto, a decisão do Citicorp mostrou notável descrédito num bom desempenho da economia global.